

## Governo estuda mudar regra do leilão do Porto de Santos

Após pedidos, é avaliada permissão para maior participação de terminais e armadores

DO ESTADÃO CONTEÚDO E DA REDAÇÃO

O Governo Federal avalia a possibilidade de alterar a regra que limita a participação de terminais portuários e armadores na privatização da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos. Essa análise foi confirmada pelo Ministério da Infraestrutura (MInfra).

Pela proposta de leilão levada para consulta pública no início do ano, a pasta sugeriu que empresas que operam terminais no Porto possam integrar o consórcio vencedor que administrará o complexo portuário com participação individual máxima de 15%, ou até 40% em conjunto. A norma foi elaborada para evitar abuso de poder econômico na futura gestão privada do Porto.

De acordo com o MInfra, durante a fase de consulta externa sobre o projeto, o Governo Federal recebeu diversas propostas relacionadas ao tema. Houve sugestões tanto para ampliar percentuais, e mesmo eliminar a regra, quanto para aumentar a restrição, acabando



CARLOS NOGUEIRA - 25/1/14

A expectativa da União é que o leilão da gestora do Porto de Santos possa ocorrer no mês de dezembro

com qualquer flexibilização na participação desses agentes no leilão.

Na semana passada, a União incluiu o Porto de Santos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND), em despachos assinados pelo

presidente Jair Bolsonaro (PL) e publicados no Diário Oficial da União. Embora apertado, o cronograma federal prevê a privatização do Porto ainda neste ano, o que é visto com ceticismo por parte do mercado.

O secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias

do MInfra, Rafael Furtado, disse acreditar que a proposta da desestatização será apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em agosto. Depois disso, a expectativa é publicar o edital em outubro, o que dependeria de uma decisão da Corte de Contas em me-

nos de três meses - prazo considerado estreito pelo mercado, dado o tempo que o TCU tem levado em análises de casos de desestatização.

Em entrevista para a *A Tribuna*, o secretário nacional de Portos, Mário Povia, afirmou ser possível realizar o leilão da SPA na primeira quinzena de dezembro. A concessão prevê exigências que terão de ser atendidas por seu novo gestor e que alcançam a cifra de R\$ 18,5 bilhões em projetos de melhorias, ampliação e manutenção.

### TÚNEL

Além da privatização do Porto, o Governo Federal também avalia como vai encaminhar o projeto do túnel submerso entre Santos e Guarujá dentro do leilão. Nas últimas semanas, ganhou força em Brasília a opção de atribuir ao futuro concessionário a responsabilidade pela operação do túnel.

Se essa for a saída adotada, será uma mudança de rumo em relação ao modelo colocado em consulta pública. Nele, a União sugeriu que a parte operacional da passagem seca fosse uma concessão apartada, atribuindo ao futuro operador do Porto de Santos apenas um aporte financeiro de quase R\$ 3 bilhões - número posteriormente revisado para cerca de R\$ 2 bilhões.